

**MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE
SEGUROS S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2019

1 - Introdução

A mse – corretores e consultores de seguros sa, com sede social em Avenida Conde Valbom, nº 1 A, Lisboa, com um capital social de 230.000,00 €, tem como atividade principal a corretagem de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da mse – corretores e consultores de seguros sa., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente à não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando contudo que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO₂, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, reflectindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

R

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stress e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado accionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Assim, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD apresentou um perfil descendente ao longo de 2019, situando-se nos 1,1397 no início do ano, tendo apresentado durante o mês de junho um pico ascendente, chegando aos 1,1394. O valor mais baixo foi registado em finais de setembro, onde atingiu os 1,0889, fechando o ano nos 1,1234. Quanto à libra esterlina, no início do ano apresentava uma cotação EUR/GBP de 0,90165, tendo-se notado uma trajetória descendente até inícios de maio, onde chegou aos 0,8547, começando então a notar-se uma inversão, tendo atingido o seu pico máximo em inícios de agosto, com uma cotação de 0,9282, voltando então a descer, fechando o ano com uma cotação de 0,8508.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Quanto ao comércio global, este registou um abrandamento significativo na primeira metade de 2019. Em termos anuais, a OCDE estima um desaceleramento, devendo situar-se em 1,0%, o valor mais baixo desde 2009.

Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projecta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

Relativamente aos Estados Unidos, apesar de se ter verificado um crescimento significativo no segundo trimestre de 2019 (2%), a economia americana voltou a estagnar, resultado dos fracos níveis de investimento, bem como do desvanecimento dos efeitos das reformas tributárias feitas em 2018. Para o total do ano, o FMI prevê um crescimento de 2,3%.

Apesar das tensões comerciais com a China terem diminuído, novos riscos apresentam-se, como o anúncio feito pela Boeing sobre a paragem indefinida da produção do seu 737 MAX, aumentando assim o enfraquecimento do setor produtivo. No final do verão, registou-se pela primeira vez desde a última crise financeira uma inversão da yield curve americana. Esta curva é muitas vezes vista como um indicador de recessões económicas.

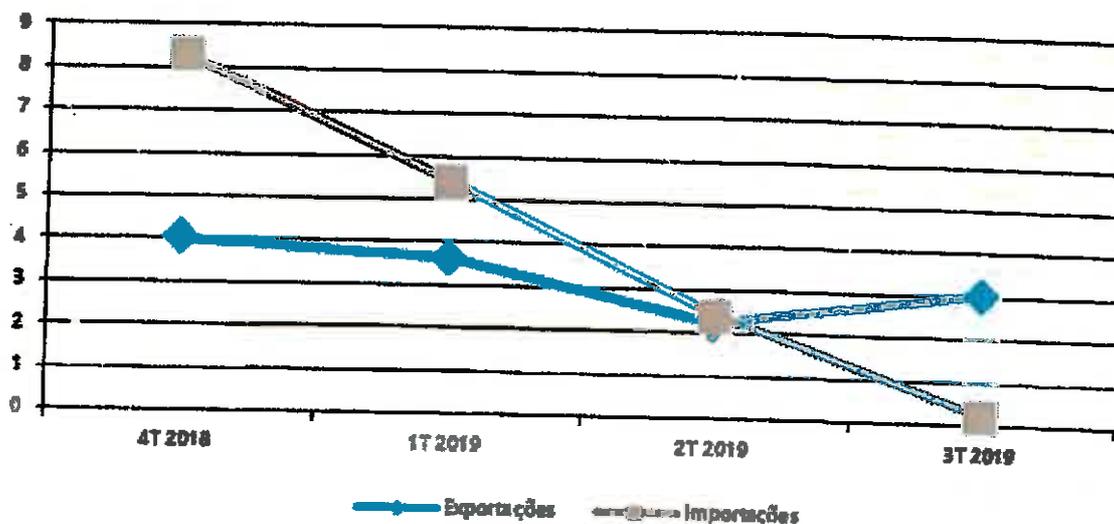
Quanto ao Reino Unido, durante a primeira metade de 2019 notou-se um abrandamento da atividade económica, num contexto de elevadas incertezas sobre as negociações do Brexit, que se vieram a dissipar ao longo dos últimos meses do ano, especialmente em dezembro, com o resultado das eleições a tornar-se favorável para uma saída ordeira da União Europeia. Em termos trimestrais, e segundo dados do BCE, nos dois primeiros trimestres de 2019 notou-se uma contração económica, começando a recuperar a partir do terceiro trimestre, onde se

R

registrou um crescimento de 0,3%, reflexo de um aumento das exportações neste período. Ao longo do ano o consumo privado manteve-se sólido, refletindo um forte crescimento dos salários, tendo também o contributo do consumo público. Por outro lado, o fraco investimento contrabalançou os níveis de crescimento.

Já a economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Exportações e Importações da EA19 Banco Central Europeu e Eurostat Valores em Percentagem



Em relação ao deficit soberano, manteve-se relativamente estável ao longo de 2019, permanecendo na EA19 nos 0,7% no segundo e terceiro trimestres e nos 0,9% para a EU28, em ambos os trimestres. A Comissão Europeia aponta também para uma dívida pública agregada da EA19 de 86,4% em 2019 e de 80,6% para a EU28. Contudo, em relação ao deficit agregado para 2019, tanto na EA19 como na EU28, prevê-se um ligeiro aumento de 1 e de 2 pontos percentuais, respetivamente, face aos mínimos históricos registados até 2018.

Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

2.2 A nível Nacional

Para o conjunto do ano de 2019, o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para um aumento do PIB em termos nominais de 3,9%, abaixo dos 4,3% verificados em 2018, com a capacidade de financiamento da economia portuguesa a situar-se nos 0,8% do PIB, em comparação com os 1,2% verificados em 2018. Este resultado teve um contributo menos intenso da procura interna - de 2,8% em comparação com os 3,1% verificados em 2018 -, refletindo o abrandamento do consumo privado, de 2,9% para 2,3%.

Quanto à procura externa, em termos líquidos apresentou um contributo de -0,6%, comparando com -0,4% em 2018, tendo-se verificado uma desaceleração das exportações de bens e serviços, de 4,5% em 2018 para 3,7% em 2019, bem como das importações de bens e serviços, de 5,7% para 5,2%. O saldo externo de bens e serviços representou 0,1% do PIB, sendo que em 2018 a sua representação tinha sido de 0,4%.

Quanto ao investimento, em termos reais verificou-se um aumento de 6,2% em 2018 para 6,5% em 2019, justificada pela aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - de 5,8% para 6,4% - cujo contributo foi maioritariamente dado pela componente da construção, que passou de um crescimento de 4,6% para 9,4%, em alguns casos associada ao investimento público no tocante a projetos de infraestruturas de grande dimensão, mas também associada ao dinamismo da construção residencial.

Em relação ao setor não financeiro, a necessidade de financiamento situou-se nos 3,4% do PIB em 2019, reflexo do aumento de 0,7% do Excedente de Exploração Bruto e de um aumento de 1% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Num inquérito realizado pelo INE, destacou-se o autofinanciamento como a principal fonte de financiamento para o investimento das empresas, sendo o crédito bancário a segunda principal fonte de financiamento, em especial para as empresas exportadoras.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, situando-se em 1,6% do PIB no quarto trimestre de 2019, reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

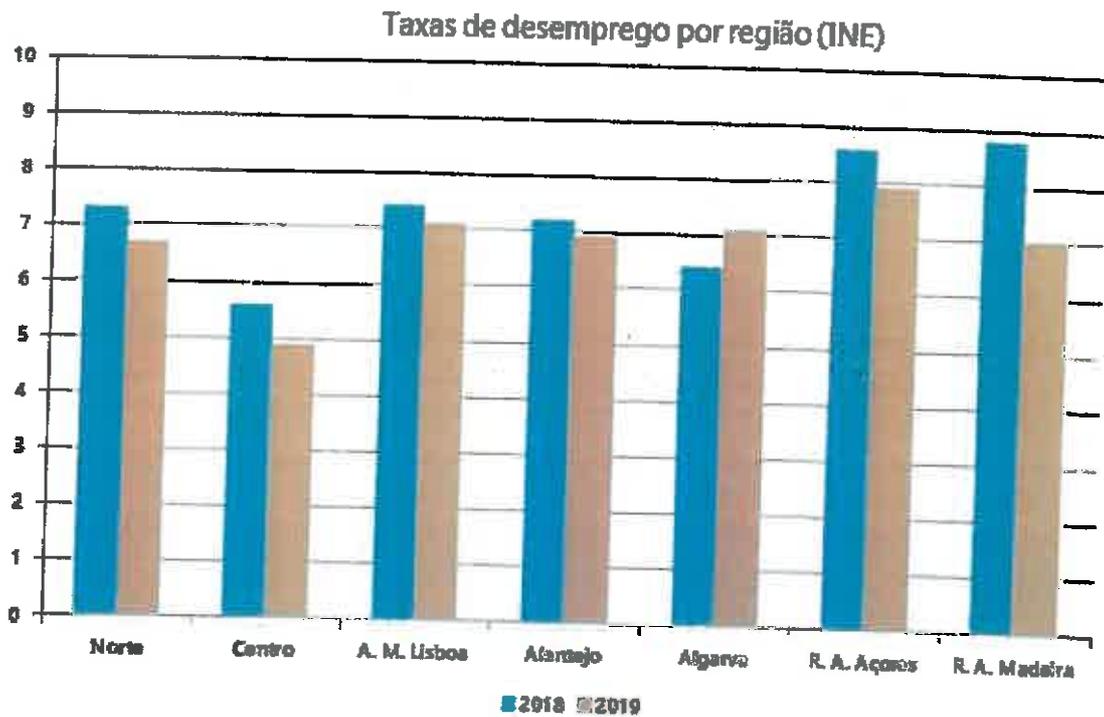
Ainda sobre as famílias portuguesas, verificou-se também um crescimento de 1,1% das remunerações recebidas, o que se refletiu no aumento do rendimento disponível para 0,7% que, por sua vez, levou a um crescimento na poupança das mesmas, para 6,7% do rendimento disponível.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A população desempregada diminuiu 7,2% em relação ao ano passado, enquanto que a população empregada aumentou 1,0%, com uma forte contribuição das mulheres (1,2%), prolongando assim o ciclo de aumentos verificados desde 2014. Para 2019, verificou-se uma taxa de inatividade na ordem dos 40,7%, menos 0,2% do que em 2018, sendo estimada uma população inactiva total de 5.010,8 mil pessoas, menos 0,4% em relação ao ano anterior.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.

R



3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 1.062.733,35 €, representando uma variação de 18,77% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



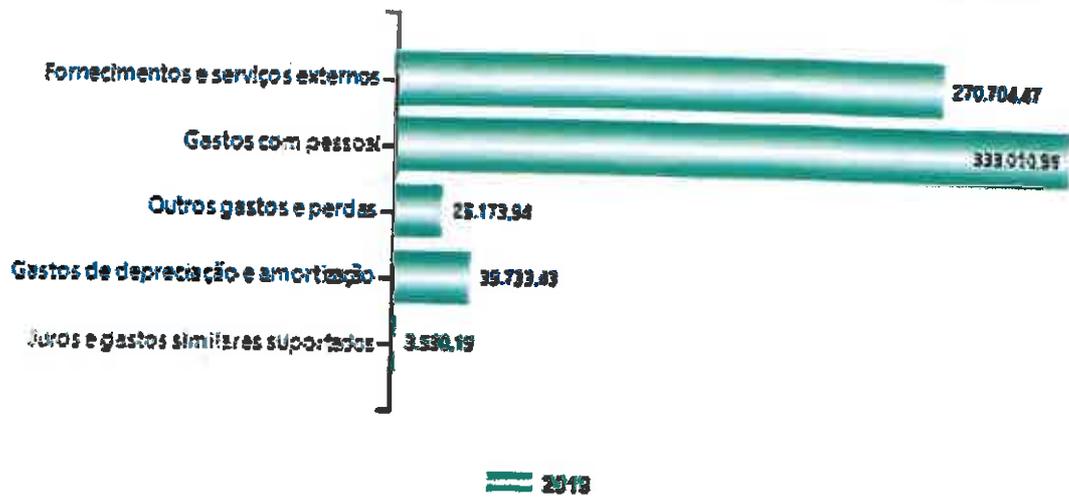
R

Estrutura de Rendimentos

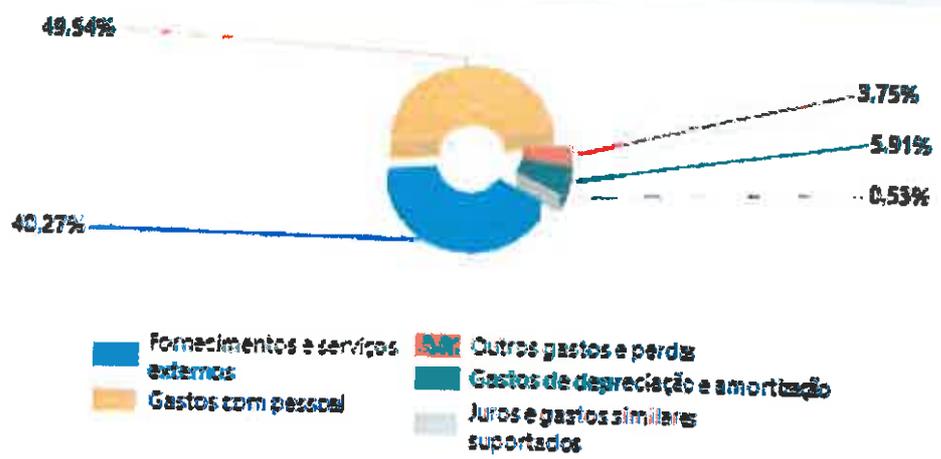


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual

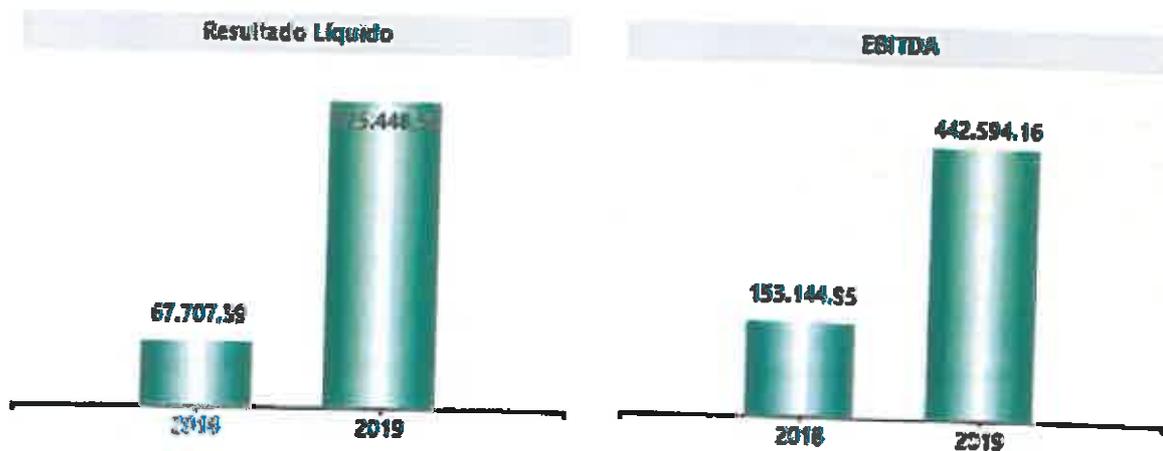


E

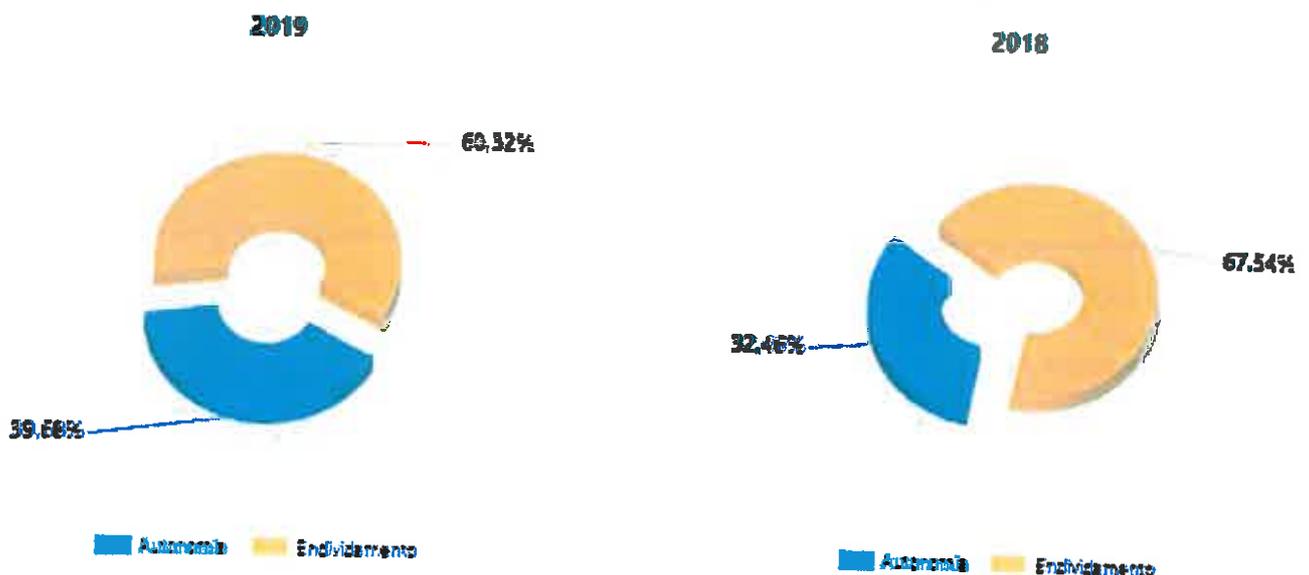
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

| RUBRICAS | PERÍODOS | |
|------------------------|------------|------------|
| | 2019 | 2018 |
| Gastos com Pessoal | 333.010,96 | 376.488,57 |
| Nº Médio de Pessoas | 9 | 10 |
| Gasto Médio por Pessoa | 37.001,17 | 37.648,86 |

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

| RUBRICAS | 2019 | | 2018 | |
|--------------------|---------------------|------|---------------------|------|
| Ativo não corrente | 509.204,49 | 37 % | 707.723,85 | 60 % |
| Ativo corrente | 872.196,05 | 63 % | 471.132,67 | 40 % |
| Total ativo | 1.381.400,54 | | 1.178.856,52 | |

| RUBRICAS | 2019 | | 2018 | |
|--|---------------------|------|---------------------|------|
| Capital Próprio | 548.115,65 | 40 % | 382.667,09 | 32 % |
| Passivo não corrente | 141.758,03 | 10 % | 262.228,00 | 22 % |
| Passivo corrente | 691.526,86 | 50 % | 533.961,43 | 45 % |
| Total Capital Próprio e Passivo | 1.381.400,54 | | 1.178.856,52 | |

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A mse – corretores e consultores de seguros, sa no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de € 325.449, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

| APLICAÇÃO DOS RESULTADOS | |
|-------------------------------|------------|
| ANO | 2019 |
| Reservas Legais | 22.684,62 |
| Resultados Transitados | 87.623,94 |
| Reserva Especial Investimento | 215.140,00 |

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

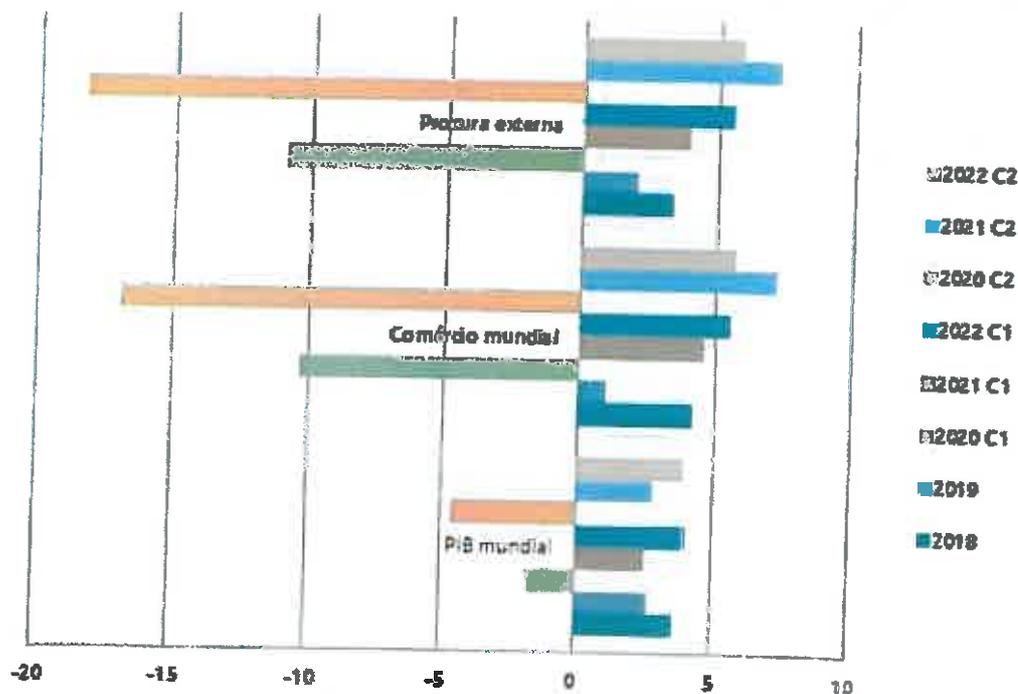
Tendo em consideração o choque económico, financeiro e social gerado pelo COVID-19, várias organizações internacionais, tais como o FMI e a OCDE, já colocaram em baixa as suas projeções macroeconómicas para este ano, receando também um novo ciclo de recessão económica mundial. A propagação deste vírus está a causar disrupções nas cadeias de fornecimento globais, volatilidade nos mercados financeiros, choques no consumo e um impacto negativo em setores chave como viagens e turismo. Contando com o ataque terrorista do 11 de setembro e a crise financeira global de 2008, este é já o terceiro grande choque económico do século XXI.

R

Para este ano, a Fitch avança com um crescimento económico global de 1,3%, em comparação com os 2,5% que havia comunicado em dezembro de 2019, indicando um possível declínio total do PIB global caso mais medidas de prevenção tenham de ser implementadas em todas as economias do G7. Já o Banco de Portugal aponta para uma queda do PIB mundial de 1,8%, num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, esperando um crescimento de 2,5% em 2021 e de 4% em 2022. Num cenário mais adverso, o impacto na economia será muito mais significativo, apontando-se uma recessão económica mundial superior à da grande recessão de 2009, com o PIB mundial a cair 4,6% em 2020. Já no longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em 2020 notar-se-á uma forte redução do comércio internacional (10,3% no primeiro cenário e 17% no segundo), reflexo do choque desproporcional dos fluxos internacionais de bens e serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes, recuperando nos dois anos seguintes. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022. Efetivamente, este ano já se verificou uma queda do preço do Brent devido ao COVID-19, tendo atingido os 31 dólares por barril em março, o que corresponde a uma queda de mais de 50% face aos valores observados no final de 2019. Para 2021, a Fitch estima uma média de 48 dólares por barril.

Enquadramento Internacional Banco de Portugal - Boletim Económico Março 2020 Taxas de variação anual



Para os Estados Unidos, o COVID-19 poderá fazer disparar o desemprego para níveis superiores aos verificados na Grande Depressão, prevendo-se que a taxa de desemprego atinga os 30% no segundo trimestre de 2020, com os primeiros dados a apontar para uma perda entre os 500 mil a 5 milhões de empregos, só em março, prevendo-se também uma queda de 50% do PIB.

Na China, o choque económico foi bastante severo, prevendo-se uma queda de 5% no primeiro trimestre deste ano e de 3,7% no conjunto do ano, estimando-se uma recuperação económica a partir do segundo trimestre. Ainda assim, este choque trará certamente impactos às restantes economias, particularmente nos restantes países da Ásia e na Europa, derivado das disrupções nas cadeias de fornecimento e da diminuição da demanda chinesa.

Na Europa, e segundo dados da Comissão Europeia, prevê-se que o impacto direto do COVID-19 reduza o crescimento real do PIB da União Europeia em 2,5% para este ano, tendo em conta as projeções de 1,4% que haviam sido feitas antes deste surto. Este impacto substancialmente negativo irá prolongar-se pela primeira metade do ano, podendo estender-se caso as medidas de contenção não surtam o efeito desejado.

Para além disso, as tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente.

Estes níveis, em combinação com décadas de declínio da produtividade, colocam uma pressão no crescimento potencial da economia europeia. Assim, o seu crescimento irá depender do esforço dos setores domésticos, que irão ser favorecidos pelo aumento dos salários no mercado de trabalho, assim como pelas melhores condições de financiamento e, em alguns estados membros, de algumas medidas fiscais.

Quanto aos mercados de ações, as repercussões do COVID-19 já se fizeram sentir em todo o mundo. Particularmente na Europa registou-se uma queda de cerca de 30% em comparação com o registado em meados de fevereiro. Não se tinha verificado uma queda tão abrupta desde o início da crise financeira em 2008. Também as yields em obrigações do tesouro caíram acentuadamente, e nos Estados Membros mais vulneráveis, registou-se um aumento do spread nos títulos do governo.

Tendo em conta as mais recentes medidas do BCE para contrariar os possíveis impactos financeiros desta pandemia, as taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão situar-se nos -0,5% entre 2020 e 2022, apresentando um nível historicamente baixo.

No curto prazo, o novo coronavírus irá certamente mitigar as projeções económicas globais para este ano, esperando que o seu impacto não se prolongue para os próximos anos. De forma a impulsionar a confiança e estabilizar a economia global, o FMI aponta três áreas de ação principais: fiscal – com a implementação de estímulos adicionais para evitar danos económicos duradouros -, política monetária – com os bancos centrais das economias avançadas a apoiar a demanda e a aumentar a confiança, facilitando as condições financeiras e a assegurar o fluxo de crédito para a economia real, enquanto que nas economias emergentes terão de lidar com as reversões de fluxo de capital e com os choques das mercadorias. Por fim, é essencial que os supervisores do sistema financeiro mantenham o equilíbrio entre preservar a estabilidade financeira, manter a solidez do sistema bancário e sustentar a atividade económica. De notar que todos estes esforços serão mais eficazes com a cooperação de todos os países envolvidos, trabalhando em conjunto para mitigar estes impactos.

Para a Europa, a Comissão Europeia já anunciou um programa de resposta a esta pandemia. Para combater e minimizar o impacto deste vírus na economia europeia, todos os Estados Membros deverão trabalhar em conjunto, implementando medidas que essencialmente apoiem os cidadãos e as empresas, que poderão vir a sofrer de falta de liquidez e possíveis falências. A Comissão Europeia está também ciente que estas medidas não conseguirão proteger a União Europeia dos possíveis efeitos negativos da crise vinda da China. Para além deste surto, do aumento da incerteza e das tensões comerciais já referidas, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Como referido, um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

R

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

Um factor positivo ao crescimento da zona euro seria o investimento em políticas fiscais expansionistas em alguns dos países membros. Considerando um horizonte mais precário, e com um nível de riscos elevado, as políticas fiscais deverão ter um papel mais ativo, principalmente nos países onde a actividade enfraqueceu ou poderá desacelerar de forma considerável.

Os países terão de cooperar na resolução dos problemas comerciais e quebrar as barreiras recentemente impostas. Terão também de trabalhar em conjunto no tocante às emissões de gases de estufa e do aumento das temperaturas globais. O aumento dos preços do carbono, associado a esforços complementares para encorajar o fornecimento de energias baixas em carbono, seriam uma boa estratégia, ao mesmo tempo que se fomentaria o desenvolvimento e adoção de tecnologias mais ecológicas.

Nos países onde a sustentabilidade da dívida não é um problema, poderão ser adotadas medidas direccionadas para as alterações climáticas, tais como o investimento em infraestruturas.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, as perspetivas económicas sofreram uma deterioração abrupta em relação às projecções que haviam sido feitas antes dos últimos acontecimentos em volta da pandemia COVID-19, que já se fizeram sentir nas famílias e empresas portuguesas. Assim, dada a extrema complexidade deste exercício de projecção, com os elevados níveis de incerteza e desconhecimento envolvidos, as mesmas poderão não corresponder ao cenário mais provável, ressalva o Banco de Portugal.

Para este ano, é certo que Portugal irá presenciar uma recessão económica. Num cenário em que as medidas adotadas para a contenção dos danos na economia sejam bem-sucedidas, o Banco de Portugal prevê uma redução do PIB real de 3,7%, com uma queda acentuada na primeira metade do ano, devendo o seu pico ocorrer durante o segundo trimestre, começando então a normalizar-se de forma gradual a partir do segundo semestre de 2020, sendo expectável uma trajetória de crescimento nos últimos meses do ano. Para os anos seguintes, espera-se um crescimento económico, apesar de fraco, de 0,7% para 2021 e, com uma ligeira recuperação, de 3,1% em 2022. Num cenário mais adverso, o Banco de Portugal aponta para uma redução do PIB real de 5,7% para este ano, mas com uma recuperação económica mais significativa nos dois anos seguintes, de 1,4% e 3,4%, respetivamente.

Após um aumento de 2,3% do consumo privado em 2019, projeta-se uma queda para os 2,8% este ano no primeiro cenário e de 4,8% no segundo, refletindo uma ligeira diminuição do rendimento disponível real e um possível aumento da poupança por parte das famílias portuguesas devido à incerteza envolvida da pandemia. Segundo dados do INE, o indicador da confiança dos consumidores diminuiu entre dezembro de 2019 e março deste ano, em especial neste último que atingiu o valor mínimo verificado em dezembro de 2016, quebrando assim o perfil ascendente que se vinha a verificar desde abril de 2019. Para os dois próximos anos, no cenário base espera-se uma aceleração do consumo privado, de 1,4% e 3%, respetivamente, sendo que no caso do cenário mais adverso só no final do horizonte de projecção é que se espera uma recuperação do mesmo.

Esta queda do consumo privado será também resultante da redução do emprego e de um menor crescimento dos salários por trabalhador, uma vez que a contração económica irá certamente resultar numa destruição de postos de trabalho, sendo expectável uma redução de 3,5% do emprego e de um aumento da taxa de desemprego para os 10,1%, com uma redução muito gradual nos dois anos seguintes. No segundo cenário, este aumento será ainda mais significativo, com uma recuperação mais baixa para 2021 e 2022.

Quanto ao consumo público, estima-se um crescimento de 2,1% para este ano, derivado do expectável aumento das despesas em saúde suportada pelas administrações públicas devido ao surto COVID-19.

Quanto à FBCF, no cenário base deverá cair 10,8% em 2020 e 15% no cenário adverso, reflexo de uma inevitável queda do investimento empresarial e também do investimento residencial, embora com menor impacto. Apesar desta queda abrupta (comparando com o crescimento de 6,4% verificado em 2019) espera-se que a mesma comece a recuperar gradualmente já no final deste ano, devendo situar-se em 2,9% no próximo ano e nos 7,9% em 2022 para o cenário base, devendo notar-se uma recuperação ligeiramente mais forte no segundo cenário.

No primeiro cenário, a procura externa dirigida à economia portuguesa irá sofrer uma redução de 10,9% este ano, com posteriores crescimentos de 3,9% e 5,5% para 2021 e 2022, respetivamente.

Como tal, espera-se também uma forte queda das exportações de bens e serviços para 2020 (12,1% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial nos setores do turismo e transportes, que serão fortemente afetados pelas limitações impostas à movimentação de pessoas. Para os próximos dois anos, espera-se uma recuperação, de 4,2% e 5,5%, respetivamente.

Quanto às importações, em termos reais irão reduzir-se significativamente em 2020 (11,9% no primeiro cenário e 19% no segundo), em especial no tocante aos serviços, reflexo da contração da procura global, com uma expectável recuperação de cerca de 6% para os dois anos seguintes.

Pela natureza deste choque, existe um elevado nível de incerteza quanto à inflação, prevendo-se que esta taxa permaneça em níveis baixos durante todo o horizonte de projeção. Por um lado, é expectável uma descida nos preços de alguns serviços, em particular ligados ao turismo e atividades recreativas, e por outro um aumento dos preços relativos a bens alimentares e outros produtos essenciais. Assim, no cenário base espera-se que a mesma se situe nos 0,2% em 2020 e num cenário mais adverso esta taxa deverá situar-se mais próxima dos 0%, aumentando ligeiramente nos restantes anos, devendo permanecer em torno dos 1% para o primeiro cenário e a níveis mais baixos para o segundo.

O saldo da balança corrente e de capital deverá aumentar para 2% do PIB durante este ano, suportado por uma melhoria na balança de bens - beneficiando do ganho de termos de troca proporcionado pela queda do preço do petróleo - e de um aumento das transferências recebidas da UE, relacionado com o término do atual ciclo de programação financeira. Em relação à balança de serviços, o seu excedente deverá reduzir-se, sobretudo devido ao choque sobre os fluxos do turismo. Para os anos seguintes, é expectável que a economia portuguesa mantenha a sua capacidade de financiamento.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa deverá situar-se em 2,6% no horizonte de projeção, num quadro em que se assume que a perceção de risco dos soberanos na área euro não se altera substantivamente. Assim, como já referido no início deste ponto, o vírus COVID-19 é um fator que irá certamente mitigar a economia portuguesa no curto prazo, existindo ainda outros riscos que poderão alterar estas projeções, sendo eles na sua maioria externos, nomeadamente a possível intensificação das tensões proteccionistas, bem como a transmissão da fraqueza do setor industrial para os restantes setores de atividade. O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

5.3 Mercado Segurador Nacional 2019

A produção total do setor segurador em Portugal no ano de 2019 traduziu-se, segundo revelou o relatório anual de produção elaborado pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores, em 12.476.257.000 euros. Este valor representa uma quebra de 5,1% relativamente a 2018 e a razão foram as baixas taxas de juro que desmotivaram a subscrição de produtos Vida financeiros.

O Ramo Vida ficou um pouco abaixo dos 7 mil milhões de euros, 14% ou cerca de mil milhões menos que em 2018.

Os ramos Não Vida cresceram 8% situando-se agora nos 5,2 mil milhões de euros anuais.

Com estes resultados de seguro direto em Portugal, o setor Não Vida significa agora cerca de 42,7%, quando em 2018 representava apenas 37,3%.

O setor Vida conta com os restantes 57,3% do valor de prémios emitidos em Portugal.

Nos Ramos Acidentes e Saúde, destaca-se a evolução dos Acidentes de Trabalho que cresceram 11,8%, o que significa dois dígitos pelo quarto ano consecutivo, atingindo um volume de 895 milhões de euros.

Os seguros de Saúde tiveram variação homóloga de 8,7% e no ramo Automóvel, cuja produção cresce sucessivamente desde 2014, a variação homóloga registada foi de mais 7%, com a produção a superar os 1,8 mil milhões de euros.

De destacar ainda o ramo de Multiriscos que variou homologamente 6,3% no seu todo.

Em face destes resultados, e ao contrário do Segmento Vida, o Segmento Não Vida provou em 2019 um crescimento para cerca de 42,7%, quando em 2018 representava apenas 37,3%.

Em termos de mercado total, 2019 e os seus 12,4 mil milhões de euros, ainda fica longe do recorde obtido em 2010 de mais de 16 mil milhões.

Relativamente a indicadores de desenvolvimento do mercado o rácio de penetração (produção/PIB) foi de 6% face a 6,5% em 2018. No rácio de densidade (prémios per capita), cada português comprou em média 1.189 euros de seguros quando no ano anterior tinha despendido 1.260 euros. Os cinco primeiros grupos representam hoje 63,9% do mercado (70,4% em 2018) mas os 10 primeiros controlam 88% (86,7% em 2018).

5.4. Evolução previsível da sociedade

Ao proceder ao encerramento do exercício de 2019, estamos convictos de que, independentemente de alguns momentos menos satisfatórios, a curta, mas intensa, vida da sociedade tem respondido às expectativas dos accionistas e de todos aqueles que nela empregam a sua dedicação e energia diariamente.

O ano de 2019 foi simultaneamente o que representou maior volume de receita atingindo o valor de € 1.062.733,35, representado um crescimento em relação ao ano anterior de 19%.

O exercício de 2019 foi, também, o ano em que concretizamos alguns projetos que nos conduziram a trabalhar novas oportunidades de negócio, abrindo novos caminhos à exploração de novas actividades em crescimento e procura.

A pertinência das medidas tomadas nos últimos anos, nomeadamente, na mudança de rumo e na procura constante de inovação, a par de uma constante resiliência, aportaram resultados positivos. Não podemos descurar uma realidade insofismável que é atuar num mercado cada vez mais concentrado e, com isso, a operar com uma oferta reduzida e prejudicada junto dos nossos clientes limitando a nossa área de atuação.

Obviamente, que os contratos de seguro existentes, sejam empresariais sejam particulares, continuam a ser objecto de um tratamento de excelência, independentemente do carácter inovador que procuramos a todo o tempo.

Assim, lançámos a comercialização do segmento dos chamados TVDE, transporte individual de passageiros, os quais operam suportados em plataformas electrónicas.

O desenho deste produto, deveras competitivo, teve o suporte de um segurador líder de mercado, o que por si só criou uma base de confiança nos clientes e na própria mse seguros.

R

A comercialização deste produto teve início em Junho de 2019, e traduziu-se na concretização de 640 contratos, o que evidencia a aceitação por parte dos clientes deste segmento da nossa oferta.

Após a implementação e divulgação deste segmento de mercado, tivemos necessidade de alterar a nossa oferta no universo dos Táxis em todas as variáveis e domínios face às condições vigentes, pois estavam a registar-se perdas consideráveis e deveríamos o quanto antes alterar esse paradigma.

O segurador que conosco trabalha este mercado mostrou-se indisponível e nada cooperante na revisão das condições de comercialização deste produto, o que o tornou totalmente incompatível com a realidade do mercado.

Tornou-se pois uma prioridade negociar com um novo parceiro que nos permitisse manter um segmento de mercado com um potencial como é a indústria dos táxis.

Tal negociação foi concluída já em 2020 e os seus resultados positivos far-se-ão sentir nos próximos dois anos.

O segmento de corporate, nomeadamente ao nível do transporte nacional e internacional de mercadorias, embora se mantenha como uma prioridade da sociedade, devido a situações diversas cuja avaliação ou julgamento caberá em sede própria, tomou uma direcção e rumo que não são consentâneos com a ética, princípios de valor e boas práticas da mse, motivo pelo qual, algumas daquelas entidades que faziam parte da nossa carteira procuraram alternativas diversas.

No entanto, outras empresas de relevância acreditaram nas nossas capacidades e confiaram à nossa empresa a gestão dos seus contratos de seguro o que permitiu os resultados positivos do exercício em apreço.

Ainda na área comercial, a sociedade mantém um posicionamento de proximidade junto do segmento de particulares e / ou retalho, procurando diversificar e solidificar o leque de oferta para os seguros / produtos para as famílias, desde o tradicional automóvel e multirriscos, aos seguros de saúde cada vez mais abrangentes em coberturas e capitais, riscos cibemáticos e outros que, na evolução permanente da tecnologia e do modo de vida moderno, vão surgindo.

Como referido no início deste documento o exercício de 2019 demonstrou que a vida das empresas evolui de acordo com as circunstâncias dos mercados e realidades.

Não sendo obrigatório seguir uma estratégia de rigidez imutável, a adaptabilidade consistente, ponderada e sustentada às realidades do quotidiano conduz a resultados extremamente positivos como é o caso do exercício de 2019.

No que respeita ao número de novos contratos de seguros registámos um aumento de 1.345 apólices em 2019.

A administração da sociedade tem, igualmente, mantido um controlo rigoroso sobre os diversos custos, procurando manter um ponto de equilíbrio, que permita dentro dos seus parâmetros, não comprometer os resultados finais do exercício em face do permanente desenvolvimento do negócio, aliás, que é evidenciado com os Resultados Operacionais positivos, antes de impostos, no valor de € 399.330,54.

Há ainda que constatar que a formação permanente da equipa de profissionais que constitui a mse seguros se mantém em evidência, pois só com elementos com conhecimento e know how actualizados se consegue alcançar mais e melhores objectivos.

Sendo, como tem vindo a ser provado ao longo da sua existência, a mse seguros irá continuar o seu percurso de inovação no mercado.

Esse modo de operar constitui parte integrante do ADN da mse seguros e o seu espírito positivo e construtivo na procura da diferença estão definidos nas linhas estratégicas e condutoras do futuro da sociedade.

R

As mudanças serão expectáveis e visíveis a curto prazo e o mercado irá sentir, não pela primeira vez, que a mse seguros é, de facto, uma empresa dinâmica e inovadora, que não estagna à sombra de um trabalho que se pretende seja bem realizado.

As tecnologias, as actividades com maior ou menor tradição dentro do mercado, a aproximação ao cliente, seja empresarial seja particular, a exigência na qualidade de produtos e serviços disponibilizados, irão continuar a ser os grandes pilares do crescimento continuado e sustentado da sociedade.

A criação de parcerias de negócios e aproximação aos parceiros seguradores são, igualmente, objectivos e targets a atingir sempre com o objectivo de alcançar um lugar cimeiro e de prestígio neste mercado em constante evolução.

Nesta fase em que concluímos o presente Relatório & Contas 2019, atravessamos um ano (2020) total e completamente atípico e excepcional, que atingiu tudo e todos não só em Portugal, mas a nível mundial.

A pandemia originada pelo COVID 19, veio trazer uma realidade extraordinária, a qual, obviamente teve impacto na nossa actividade, assim como em todas as áreas de negócio do tecido empresarial.

Na mse seguros mantivemos a empresa em funcionamento, com resposta aos clientes, de modo eficaz e com a qualidade habitual. Entre colaboradores em regime de teletrabalho em áreas administrativas e de back office e presencial, com as reservas e regras de segurança impostas, na área de atendimento directo ao público, não encerrámos portas.

Aliás, pelas suas características, a corretagem de seguros foi uma das actividades considerada como devendo continuar a desenvolver o seu funcionamento habitual.

Para esta situação contribuiu em muito a tecnologia actual que disponibiliza meios de comunicação por vídeo e voz, os quais permitem manter a empresa em actividade.

Obviamente que os sectores mais afectados foram os de transportes de passageiros, nomeadamente, táxis e TVDE, que registaram uma quebra acentuada nas receitas habituais, embora nesta data apresentem já uma recuperação, também e, sobretudo, devida ao novo produto específico que foi criado para os Táxis em pleno período de confinamento.

Acresce a esta questão as moratórias que os seguradores disponibilizaram aos clientes, o que provocou um atraso significativo na entrada de receitas.

Consideramos que, não obstante a situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja, naturalmente, afectada, mas estamos convictos de esta crise não colocará em causa de modo algum o princípio de continuidade da empresa.

Neste momento, não é viável quantificar de modo explícito o impacto da pandemia na vida económica e financeira da mse seguros, mas a administração tem a confiança e a convicção de que será capaz de atingir os objectivos que estabeleceu no curto prazo.

No entanto, e apesar de todas as contingências não deixámos de criar, pensar e repensar a vida da sociedade, renovando e inovando com a força e a energia que nos conduzem por linhas orientadoras flexíveis e adaptadas às realidades quotidianas.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que em nós confiaram, Clientes e seguradores, accionistas, parceiros de negócio e colaboradores, pois sem a sua participação activa, profissionalismo, rigor e compromisso não teria sido viável alcançar um ano memorável.

6 - Outras Informações

A mse corretores e consultores de seguros, sa. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal ou segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da mse corretores e consultores de seguros, sa,

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

8 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1 - FISCAL ÚNICO

RSM & Associados - SROC, Lda., representada por Joaquim Patrício da Silva, ROC nº 320

Lisboa, 24 de Julho de 2020

O Conselho de Administração



MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2019

Índice das Demonstrações Financeiras

| | |
|---|----|
| Balanços em 31 de Dezembro 2019 e 2018 | 3 |
| Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2019 e 2018 | 4 |
| Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 | 5 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 | 6 |
| Anexo às Demonstrações Financeiras | |
| 1 Introdução | 7 |
| 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 7 |
| 3 Principais políticas contabilísticas | 8 |
| 4 Fluxos de caixa | 14 |
| 5 Políticas contabilísticas | 14 |
| 6 Activos fixos tangíveis | 15 |
| 7 Outros activos financeiros | 16 |
| 8 Estado e outros entes públicos | 16 |
| 9 Outros créditos a receber | 17 |
| 10 Diferimentos | 17 |
| 11 Capital | 17 |
| 12 Outras reservas | 18 |
| 13 Financiamentos | 18 |
| 14 Outras dívidas a pagar | 19 |
| 15 Fornecedores | 19 |
| 16 Prestação de serviços | 19 |
| 17 Fornecimentos e serviços externos | 20 |
| 18 Gastos com pessoal | 20 |
| 19 Outros rendimentos | 21 |
| 20 Outros gastos | 21 |
| 21 Gastos e rendimentos financeiros | 21 |
| 22 Impostos correntes | 21 |
| 23 Remuneração do conselho de Administração | 22 |
| 24 Resultado por acção | 22 |
| 25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço | 23 |
| 26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público | 23 |
| 27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Artº 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez. | 24 |
| 28 Partes relacionadas | 27 |

Balanços em 31 de Dezembro 2019 e 2018

| ACTIVO | Notas | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Activo não corrente: | | | |
| Activos fixos tangíveis | 6 | 119.333 | 159.066 |
| Outros activos financeiros | 7 | 2.086 | 872 |
| Créditos a receber | 9 | 387.786 | 547.786 |
| Activos por impostos diferidos | | - | - |
| | | 509.204 | 707.724 |
| Activo corrente: | | | |
| Cientes | | - | - |
| Estado e outros entes públicos | 8 | - | - |
| Outros créditos a receber | 9 | - | - |
| Diferimentos | 10 | 775.361 | 387.919 |
| Activos não correntes detidos para venda | | 4.379 | 7.396 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 1.400 | 1.400 |
| | | 91.056 | 74.418 |
| | | 872.196 | 471.133 |
| TOTAL DO ACTIVO | | 1.381.401 | 1.178.857 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio: | | | |
| Capital subscrito | 11 | 230.000 | 230.000 |
| Outros instrumentos de capital próprio | | - | 160.000 |
| Reserva legal | 12 | 23.315 | 19.929 |
| Outras reservas | 12 | 5.355 | 5.355 |
| Resultados transitados | | (39.331) | (103.652) |
| Excedentes de revalorização | | 3.327 | 3.327 |
| Resultado líquido do exercício | | 325.449 | 67.707 |
| Total do capital próprio | | 548.116 | 382.667 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Financiamentos obtidos | 13 | 141.758 | 262.228 |
| Diferimentos | | - | - |
| | | 141.758 | 262.228 |
| Passivo corrente: | | | |
| Fornecedores | 15 | 37.751 | 41.621 |
| Estado e outros entes públicos | 8 | 58.079 | 45.312 |
| Accionistas | | - | - |
| Financiamentos obtidos | 13 | 150.343 | 54.489 |
| Outras dívidas a pagar | 14 | 445.354 | 392.540 |
| Diferimentos | | - | - |
| | | 691.527 | 533.961 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 833.285 | 796.189 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | 1.381.401 | 1.178.857 |

O Contabilista Certificado

Lig. Bento Pórtel

O Conselho de Administração

Audraie

Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2019 e 2018

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--|--------------|-------------------|-------------------|
| Vendas e serviços prestados | 16 | 1.062.733 | 894.764 |
| Fornecimentos e serviços externos | 17 | (270.704) | (329.120) |
| Gastos com o pessoal | 18 | (333.011) | (376.489) |
| Provisões | | - | - |
| Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | | - | - |
| Outros rendimentos | 19 | 8.750 | 20.500 |
| Outros gastos | 20 | (21.622) | (56.511) |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 446.147 | 153.145 |
| Gastos de depreciações | 6 | (39.733) | (29.427) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 406.413 | 123.718 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | - | - |
| Juros e gastos similares suportados | 21 | (7.083) | (2.794) |
| Resultado antes de impostos | | 399.331 | 120.924 |
| Impostos sobre o rendimento do exercício | 22 | (73.882) | (53.217) |
| Resultado líquido do exercício | | 325.449 | 67.707 |
| Resultado por acção básico | 23 | 6,51 | 1,35 |

O Contabilista Certificado

Lige Basto Pirelli

O Conselho de Administração

Auedang

MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA
 Demonstrações Financeiras
 31 de Dezembro de 2019
 Montantes expressos em euros

| DESCRICÃO | NOTAS | Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 | | | | | | | Total do capital próprio |
|--|-------|--|--|---------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|--------------------------|
| | | Capital Subscrito | Outros instrumentos de capital próprio | Reserva legal | Outras reservas | Resultados Transitados | Excedentes de revalorização | Resultado líquido do período | |
| Posição no fim do 31 de Dezembro de 2017 | | 230.000 | 160.000 | 14.682 | 5.355 | (203.345) | 3.327 | 104.939 | 314.960 |
| Alterações no exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplicação do resultado de 2017 | | - | - | 5.247 | - | 99.692 | - | (104.939) | - |
| Varição justo valor dos instrumentos financeiros | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso prestações acessórias | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de Dividendos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício de 2018 | | - | - | - | - | - | - | 67.707 | 67.707 |
| Posição no fim do 31 de Dezembro de 2018 | | 230.000 | 160.000 | 19.929 | 5.355 | (103.652) | 3.327 | 67.707 | 382.667 |
| Alterações no exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aplicação do resultado de 2018 | | - | - | 3.386 | - | 64.321 | - | (67.707) | - |
| Varição justo valor dos instrumentos financeiros | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustamentos por impostos diferidos | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolso prestações acessórias | | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de Dividendos | | - | (160.000) | - | - | - | - | - | (160.000) |
| Resultado líquido do exercício de 2019 | | - | - | - | - | - | - | 325.449 | 325.449 |
| Posição no fim do exercício 31 de Dezembro de 2019 | | 230.000 | - | 23.315 | 5.355 | (39.331) | 3.327 | 325.449 | 548.116 |

Lis: Bento Pórtel

Arquivos

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos

em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

| | Notas | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--|-------|------------------|------------------|
| | | | |
| Actividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 1.062.733 | 894.764 |
| Pagamentos a fornecedores | | (256.650) | (330.647) |
| Pagamentos ao pessoal | | (323.633) | (379.914) |
| Caixa gerada pelas operações | | 482.450 | 184.202 |
| Recebimento de imposto sobre o rendimento | | - | - |
| Pagamento de imposto sobre o rendimento | | (59.670) | (66.321) |
| Outros pagamentos relativos à actividade operacional | | (243.454) | (354.606) |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1) | | 179.326 | (236.724) |
| Actividades de Investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | 30.225 | (35.327) |
| Activos financeiros | | (1.214) | 25 |
| Recebimentos respeitantes a: | | | |
| Activos fixos tangíveis | | - | - |
| Activos financeiros | 8 | - | - |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Juros e rendimentos similares | | - | - |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | | 29.011 | (35.302) |
| Actividades de Financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Outras operações de financiamento | | - | - |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 13 | (24.616) | 257.939 |
| Juros e custos similares | | (7.083) | (2.794) |
| Dividendos | | - | - |
| Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio | | (160.000) | - |
| Outras operações de financiamento | | - | - |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | | (191.699) | 255.145 |
| Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3) | | 16.637 | (16.882) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 4 | 74.418 | 91.300 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 4 | 91.056 | 74.418 |

O Contabilista Certificado

Luís Bento Póvoa

O Conselho de Administração

Audraug



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Introdução

Constituição e Actividade

A MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA é uma Sociedade anónima com sede na Avenida Conde Valbom, nº 1 A, em Lisboa.

A Sociedade, constituída por escritura pública em 17 de Março de 1981, tem por objecto social exclusivo a Mediação e consultadoria de seguros.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho de 2015. O SNC é composto pela Estrutura Conceptual ("EC"), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras ("MDF") definidos nos termos da Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015, pelo Código de Contas ("CC") definido nos termos da Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015, pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e pelas Normas Interpretativas ("NI"), ambas publicadas nos Avisos 8256 e 8258 de 29 de julho de 2015, respetivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela MSE, SA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras



Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3 Principais Políticas contabilísticas

3.1. Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respetiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas, não se destinando para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do justo valor.

O justo valor da propriedade de investimento reflete as condições de mercado à data do balanço. A determinação do justo valor das propriedades de investimento é determinada através do método do rendimento, tendo por base o valor das rendas atuais e *yields* de mercado de acordo com o tipo de propriedade e com a localização das mesmas.



Assim, o justo valor da propriedade de investimento reflete, aquilo que entidades concededoras e dispostas a isso assumiriam acerca de rendimentos de rendas de futuras locações à luz de condições correntes.

3.3. Imparidade de Activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade a todos os seus activos. A MSE, SA realiza os testes de imparidade a todos os seus ativos em Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.



O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.5. Activos financeiros

A Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A MSE, SA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respectivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.8. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21,0%. A empresa está isenta de Derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019. Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis 12 anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a MSE, SA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a MSE, SA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor realizável líquido.

Os Produtos e trabalhos em curso, incluídos na rubrica de Inventários, respeitam aos gastos de produção incorridos com a construção e promoção de empreendimentos imobiliários e incorporam o gasto com a aquisição do terreno, matérias-primas e encargos com subcontratos, mão-de-obra e outros imputáveis à construção, o qual é inferior ao respectivo valor realizável líquida.

As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas provas mais fiáveis, disponíveis à data do balanço, quanto à quantia que a empresa espera realizar com os inventários. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido e todas as perdas de inventários são reconhecidas como gastos do período em que o ajustamento ou perda ocorre.

3.14. Investimentos financeiros

Investimentos financeiros – subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Administração/Gerência das subsidiárias.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Aquando da aquisição de subsidiárias e associadas, o excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, se encontra considerado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica Ajustamento em activos financeiros. Assim, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre as empresas do Grupo MSE, incluindo associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Empresa e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 10.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da MSE, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1 Provisões

A MSE, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da MSE, SA tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Numerário | | |
| Caixa | <u>3.125</u> | <u>5.242</u> |
| Depósitos bancários | | |
| Depósitos à ordem | 87.930 | 69.176 |
| Depósitos a prazo | | |
| Total Caixa e Depósitos Bancários | <u><u>91.056</u></u> | <u><u>74.418</u></u> |

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2018, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos ao exercício anterior.

6 Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os movimentos registados na rubrica "Activos fixos Tangíveis" foram como segue:

| 31-12-2019 | | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-----------|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros activos fixos tangíveis | Activo fixo tangível em curso | Total |
| 1 de Janeiro de 2019 | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 27.304 | 55.548 | 186.809 | 12.430 | 6.261 | - | 288.352 |
| Depreciações acumuladas | (5.461) | (36.079) | (72.622) | (12.430) | (2.694) | - | (129.285) |
| Valor líquido | 21.843 | 19.469 | 114.188 | - | 3.567 | - | 159.066 |
| 1 de Janeiro de 2019 | | | | | | | |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências | - | - | - | - | - | - | - |
| Abates-Activos | - | - | (30.225) | - | - | - | (30.225) |
| Abates-Depreciações | - | - | 30.225 | - | - | - | 30.225 |
| Depreciações do exercício | (2.730) | (5.439) | (30.938) | - | (826) | - | (39.733) |
| Valor líquido em | (2.730) | (5.439) | (30.938) | - | (826) | - | (39.733) |
| 31 de Dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 27.304 | 55.548 | 156.585 | 12.430 | 6.261 | - | 258.127 |
| Depreciações acumuladas | (8.191) | (41.518) | (73.335) | (12.430) | (3.320) | - | (138.794) |
| Valor líquido em | 19.113 | 14.030 | 83.250 | - | 2.941 | - | 119.333 |
| 31 de Dezembro de 2019 | | | | | | | |
| 31-12-2018 | | | | | | | |
| | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros activos fixos tangíveis | Activo fixo tangível em curso | Total |
| 1 de Janeiro de 2018 | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 27.304 | 55.548 | 154.809 | 12.430 | 6.261 | - | 256.352 |
| Depreciações acumuladas | (273) | (30.524) | (118.491) | (12.430) | (2.183) | - | (163.901) |
| Valor líquido | 27.031 | 25.024 | 36.318 | - | 4.077 | - | 92.451 |
| 1 de Janeiro de 2018 | | | | | | | |
| Adições | - | - | 98.500 | - | - | - | 98.500 |
| Transferências | (2.457) | - | - | - | - | - | (2.457) |
| Abates-Activos | - | - | - | - | - | - | - |
| Abates-Depreciações | - | - | - | - | - | - | - |
| Depreciações do exercício | (2.730) | (5.555) | (20.631) | - | (511) | - | (29.427) |
| Valor líquido em | (5.188) | (5.555) | 77.869 | - | (511) | - | 66.616 |
| 31 de Dezembro de 2018 | | | | | | | |
| Custo de aquisição | 24.847 | 55.548 | 253.309 | 12.430 | 6.261 | - | 352.394 |
| Depreciações acumuladas | (5.461) | (36.079) | (139.122) | (12.430) | (2.694) | - | (193.326) |
| Valor líquido em | 19.386 | 19.469 | 114.188 | - | 3.567 | - | 159.066 |
| 31 de Dezembro de 2018 | | | | | | | |



7 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros activos financeiros" tinha a seguinte composição:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reserva para o serviço da dívida a) | 0 | 0 |
| Reserva para investimento a) | 0 | 0 |
| Fundo Compensação Trabalho | 2.086 | 872 |
| | <u>2.086</u> | <u>872</u> |

8 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

| | <u>31-12-2019</u> | | <u>31-12-2018</u> | |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Imposto sobre o rendimento - IRC (i) | - | 41.332 | - | 27.120 |
| Retenções - IRS | - | 6.055 | - | 8.986 |
| Imposto sobre o valor acrescentado - IVA | - | - | - | - |
| Contribuições Segurança Social | - | 10.692 | - | 9.206 |
| Total | - | 58.079 | - | 45.312 |

(i) Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o saldo da conta de IRC tem a seguinte composição:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Pagamentos por conta | 32.550 | 26.097 |
| Pagamento especial por conta | - | - |
| Pagamento adicional por conta | - | - |
| Retenções na fonte | - | - |
| Estimativa de imposto (Nota 25) | (73.882) | (53.217) |
| Total | (41.332) | (27.120) |

9 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a composição da rubrica "Outros créditos a receber", é como segue:

| | 31-12-2019 | | | 31-12-2018 | | |
|--------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Corrente | Não corrente | Total | Corrente | Não corrente | Total |
| Seguradoras | 441.142 | - | 441.142 | - | - | - |
| Outros | 334.219 | 387.786 | 722.005 | 386.200 | 547.786 | 933.986 |
| Pessoal | - | - | - | 1.719 | - | 1.719 |
| Total | 775.361 | 387.786 | 1.163.147 | 387.919 | 547.786 | 935.704 |

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a MSE tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

| Gastos | 31-12-2019 | | | 31-12-2018 | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Corrente | Não Corrente | Total | Corrente | Não Corrente | Total |
| Rendas | 3.750 | - | 3.750 | 4.334 | - | 4.334 |
| Diversos | 629 | - | 629 | 3.062 | - | 3.062 |
| Total | 4.379 | - | 4.379 | 7.396 | - | 7.396 |

11 Capital

Capital Subscrito

A Sociedade foi constituída com o capital social de 230.000 Euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

| | 31-12-2019 | | |
|---|----------------|----------------|-----------------------|
| | % Capital | Capital social | Prestações acessórias |
| JONUVI - Participações e Consultoria, SA. | 21,72% | 49.960 | - |
| Virgílio Duque Vieira | 0,00% | 10 | - |
| Nuno Baltazar Mendes | 0,00% | 10 | - |
| João Baltazar Mendes | 0,00% | 10 | - |
| António Reis Pavoeiro | 0,00% | 10 | - |
| MSE Imobiliária, S.A. | 78,26% | 180.000 | - |
| Total | 100,00% | 230.000 | - |



12 Outras reservas

A rubrica "Outras reservas" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|----------------------|---------------------|---------------------|
| Saldo Inicial | 5.355 | 5.355 |
| Varição do exercício | - | - |
| Saldo Final | <u>5.355</u> | <u>5.355</u> |

A rubrica de "Reserva legal" registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|--------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo Inicial | 19.929 | - |
| Reforço | 3.386 | 19.929 |
| Saldo Final | <u>23.315</u> | <u>19.929</u> |

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas no capital.

13 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | | | <u>31-12-2018</u> | | |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Total</u> | <u>Corrente</u> | <u>Não corrente</u> | <u>Total</u> |
| BCP Confirming | 118.562 | - | 118.562 | - | 262.228 | 262.228 |
| PME 303204551 | 18.692 | 66.642 | 83.333 | - | - | - |
| Locações financeiras | 15.090 | 75.116 | 90.206 | 54.489 | - | 54.489 |
| Total Empréstimos | <u>150.343</u> | <u>141.758</u> | <u>292.101</u> | <u>54.489</u> | <u>262.228</u> | <u>316.717</u> |

a) De acordo com a NCRF 27, os gastos diferidos com "fee letters" são deduzidos aos financiamentos obtidos.

14 Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica "Outras dívidas a pagar" é como segue:

| | 31-12-2019 | | 31-12-2018 | |
|--------------------------------------|----------------|----------|----------------|----------------|
| Pessoal | | | | |
| Remunerações | 9.103 | - | 9.103 | - |
| Outros Credores | | | | |
| Sócios - Conta Adiantamentos | - | - | - | - |
| Seguradoras | 361.118 | - | 361.118 | - |
| Credores Diversos | 18.621 | - | 18.621 | - |
| | <u>379.739</u> | <u>-</u> | <u>379.739</u> | <u>-</u> |
| | | | <u>346.066</u> | <u>346.066</u> |
| | | | <u>346.066</u> | <u>346.066</u> |
| Acréscimos de gastos | | | | |
| Férias, Subsídio de Férias e Prémios | 52.514 | - | 52.514 | - |
| Electricidade | - | - | - | 589 |
| Outros I) | 3.998 | - | 3.998 | 589 |
| | | | 4.281 | 4.281 |
| | <u>56.511</u> | <u>-</u> | <u>56.511</u> | <u>-</u> |
| | | | <u>46.474</u> | <u>46.474</u> |
| | <u>445.354</u> | <u>-</u> | <u>445.354</u> | <u>-</u> |
| | | | <u>392.540</u> | <u>392.540</u> |

15 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica "Fornecedores" é como segue:

| | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecedores - Gerais | 37.751 | 41.621 |
| Total saldo fornecedores - correntes | <u>37.751</u> | <u>41.621</u> |

16 Prestações de Serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Prestação de Serviços" é como segue:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|----------------------------------|------------------|----------------|
| Prestação de Serviços-Facturação | 1.062.733 | 894.764 |
| Total | <u>1.062.733</u> | <u>894.764</u> |



17 Fornecimentos e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Trabalhos especializados | 30.086 | 22.988 |
| Publicidade e propaganda | 0 | 5.537 |
| Vigilância e segurança | 2.196 | 2.217 |
| Honorários | 26.904 | 58.649 |
| Conservação e reparação | 3.263 | 3.821 |
| Gastos financeiras | 10.777 | 7.936 |
| Ferramentas e utensílios de desgast | 4.808 | 6.101 |
| Livros e documentação técnica | 82 | 10 |
| Material de escritório | 10.872 | 10.899 |
| Artigos para oferta | 10.323 | 17.906 |
| Electricidade | 6.801 | 8.340 |
| Combustíveis | 3.623 | 7.710 |
| Água | 2.696 | 3.082 |
| Deslocações e estadas | 36.290 | 27.400 |
| Transportes de pessoal | 1.049 | 2.494 |
| Transportes de mercadorias | 2.301 | 4.814 |
| Rendas | 53.798 | 58.280 |
| Comunicação | 29.766 | 20.228 |
| Seguros | 15.884 | 21.275 |
| Despesas de representação | 12.414 | 26.978 |
| Limpeza, higiene e conforto | 6.355 | 7.351 |
| Outros | 417 | 5.106 |
| Total | <u><u>270.704</u></u> | <u><u>329.120</u></u> |

18 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Remunerações | | |
| Orgãos sociais (Nota 29) | 63.385 | 101.626 |
| Pessoal | 201.570 | 198.820 |
| Pessoal cedido | - | 0 |
| | <u>264.955</u> | <u>300.446</u> |
| Encargos Sociais | | |
| Seguros | 1.002 | 858 |
| Encargos sobre remunerações | 65.118 | 70.452 |
| Outros | 1.936 | 4.733 |
| | <u>68.056</u> | <u>76.043</u> |
| Total | <u><u>333.011</u></u> | <u><u>376.489</u></u> |

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade foi de 10 e 11 respectivamente.

19 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é apresentada como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|--|---------------------|----------------------|
| Rendimentos suplementares | - | - |
| Rendimentos e ganhos não financeiros | - | - |
| Sinistros | 8.750 | 20.500 |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | - | - |
| Outros | 0 | 0 |
| Total | <u>8.750</u> | <u>20.500</u> |

20 Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica "Outros gastos" é conforme segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Imposto do selo | 19.880 | 17.689 |
| Imposto automóvel | 928 | 1.182 |
| Taxas | 400 | 400 |
| Sinistros | - | - |
| Outros gastos | 414 | 37.239 |
| Abates de activos fixos tangíveis | - | - |
| Total | <u>21.622</u> | <u>56.511</u> |

21 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Gastos financeiros | | |
| Juros financiamentos bancários | 3.530 | 390 |
| Juros depósitos à ordem | - | - |
| Juros empréstimos de accionistas | - | - |
| Outros | 3.552 | 2.404 |
| | <u>7.083</u> | <u>2.794</u> |

22 Impostos Correntes

A composição do montante de imposto corrente reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

| Descrição | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Imposto sobre o rendimento corrente | (73.882) | (53.217) |
| Impostos diferidos | - | - |
| Total | (73.882) | (53.217) |

O gasto de imposto sobre o rendimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| Descrição | | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--|------------|----------------|----------------|
| Resultado antes de imposto | | 399.331 | 120.924 |
| Amortizações não aceites fiscalmente | | 18.438 | 11.841 |
| Outros valores a acrescentar | | 3.822 | 53.743 |
| Outros valores a deduzir | | (8.750) | (20.500) |
| Lucro tributável | | 412.640 | 166.008 |
| Taxa de imposto | | | |
| Limite materia colectável 1 | 15.000,00 | 17,00% | 17,00% |
| Limite materia colectável 2 | 397.640,25 | 21,00% | 21,00% |
| Colecta | | 86.054 | 34.262 |
| Derrama (1,5% sobre lucro tributável) | | 6.190 | 2.490 |
| Derrama Estadual (3% sobre lucro tributável > 1.500.000 €) | 0,00 3% | - | - |
| Derrama Estadual (5% sobre lucro tributável > 7.500.000 €) | 0,00 5% | - | - |
| Tributação autónoma | | 3.152 | 16.465 |
| Imposto corrente | | 95.396 | 53.217 |
| Benefício fiscal DLRR | | 21.514 | - |
| Total do imposto do exercício | | 73.882 | 53.217 |

23 Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da MSE foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, apresentam os seguintes valores:

| | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Conselho Administração | | |
| Remunerações | 63.385 | 101.626 |
| Encargos Sociais | 61.942 | 70.426 |
| | 125.327 | 172.051 |

24 Resultado por acção

O resultado por acção, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, foi determinado conforme segue:

| | <u>31-12-2019</u> | <u>31-12-2018</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado líquido | 325.449 | 67.707 |
| Número médio acções em circulação | 50.000 | 50.000 |
| Resultado por acção básico (Euros) | <u>6,51</u> | <u>1,35</u> |

25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço

A pandemia originada pelo COVID 19, veio trazer uma realidade extraordinária, a qual, obviamente teve impacto na nossa actividade, assim como em todas as áreas de negócio do tecido empresarial. Na MSE Seguros mantivemos a empresa em funcionamento, com resposta aos clientes, de modo eficaz e com a qualidade habitual. Entre colaboradores em regime de teletrabalho em áreas administrativas e de back office e presencial, com as reservas e regras de segurança impostas, na área de atendimento directo ao público, não encerramos portas.

Aliás, pelas suas características, a corretagem de seguros foi uma das actividades considerada como devendo continuar a desenvolver o seu funcionamento habitual.

Para esta situação contribuiu em muito a tecnologia actual que disponibiliza meios de comunicação por vídeo e voz, os quais permitem manter a empresa em actividade.

Obviamente que os sectores mais afectados foram os de transportes de passageiros, nomeadamente, táxis e TVDE, que registaram uma quebra acentuada nas receitas habituais, embora nesta data apresentem já uma recuperação, também e, sobretudo, devida ao novo produto específico que foi criado para os Táxis em pleno período de confinamento.

Acresce a esta questão as moratórias que os seguradores disponibilizaram aos clientes, o que provocou um atraso significativo na entrada de receitas.

Consideramos que, não obstante a situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja, naturalmente, afectada, mas estamos convictos de esta crise não colocará de modo algum em causa o princípio de continuidade da empresa.

Neste momento, não é viável quantificar de modo explícito o impacto da pandemia na vida económica e financeira da MSE Seguros, mas a administração tem a confiança e a convicção de que será capaz de atingir os objectivos que estabeleceu no curto prazo.

26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

26.1 Honorários totais facturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC, Lda, relativos ao exercício de 2019 foram de 1.230,00 €.

26.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

26.3 Proposta de Aplicação dos resultados do exercício de 2019

Os resultados de 2019 no montante 325.448,56 €, deverão ter a seguinte aplicação:

| | |
|----------------------------------|------------|
| Resultados Transitados | 87.623,94 |
| Reserva Legal | 22.684,62 |
| Reserva Especial de Investimento | 215.140,00 |

Aplicação dos Resultados Transitados irá servir de base à consolidação da sociedade, através da sua utilização na implementação dos processos em desenvolvimento no sentido de cimentar as bases de sustentação que permitem a evolução da actividade da MSE, SA.

27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Art.º 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A MSE, SA, reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

| REMUNERAÇÕES (€) | | |
|-------------------------|---------------------|-------------------|
| Por Natureza | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
| Numerário | 1.062.733,35 | 894.764,00 |
| Espécie | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.062.733,35 | 894.764,00 |

| REMUNERAÇÕES (€) | | |
|-------------------------|---------------------|-------------------|
| Por Tipo | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
| Comissões | 1.062.733,35 | 894.764,00 |
| Honorários | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.062.733,35 | 894.764,00 |

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por "Ramo Vida" e "Não Vida", e por origem:

| REMUNERAÇÕES (€) Por Ramo | | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|------------------------------|--|---------------------|-------------------|
| Não vida | | 1.058.500,20 | 889.583,00 |
| Vida | | 4.233,15 | 5.181,00 |
| Total | | 1.062.733,35 | 894.764,00 |

| REMUNERAÇÕES (€) Por Origem | | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|--------------------------------|--|---------------------|-------------------|
| Empresas de Seguros | | 1.062.733,35 | 894.764,00 |
| Outros mediadores | | 0,00 | 0,00 |
| Clientes | | 0,00 | 0,00 |
| Total | | 1.062.733,35 | 894.764,00 |

d) Níveis de concentração iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

Fidelidade (inclui IB) : 60.6%

e) Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;"

| Valores das contas "Clientes" | 31-12-2019 | 31-12-2018 |
|-------------------------------|-------------------|------------------|
| | Valores do ano | Valores do ano |
| Saldo inicial clientes | 81.197,35 | 77.252,75 |
| Valor das apólices | 1.062.733,35 | 894.764,00 |
| Valor das apólices recebidas | -809.204,64 | -890.819,40 |
| Saldo final clientes | 334.726,06 | 81.197,35 |

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem :

| Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem) | Por entidade | 31-12-2019 | | 31-12-2018 | |
|--|--------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| | | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar |
| Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários | | | | | |
| Empresas de seguros | | 334.726,06 | 361.118,11 | 81.197,35 | 350.874,65 |
| Empresas de resseguros | | | | | |
| Outros | | 828.420,61 | 84.235,74 | 854.506,99 | 41.665,18 |
| Total | | 1.163.146,67 | 445.353,85 | 935.704,34 | 392.539,83 |

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e pagar

| Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem) | Por entidade | 31-12-2019 | | 31-12-2018 | |
|--|--------------|---------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| | | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar | Outros créditos a receber | Outras dívidas a pagar |
| Por Natureza | | | | | |
| Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro. | | | | | |
| Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro. | | | | | |
| Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros. | | | | | |
| Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro. | | | | | |
| Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar. | | 334.726,06 | 361.118,11 | 81.197,35 | 350.874,65 |
| Outras quantias | | 828.420,61 | 84.235,74 | 854.506,99 | 41.665,18 |
| Total | | 1.163.146,67 | 445.353,85 | 935.704,34 | 392.539,83 |

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não foram registadas imparidades no presente exercício.

i) Garantias colaterais

Sem aplicação durante o exercício.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No exercício não se efectuou nenhum a transmissão de carteira.

k) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientes

Sem aplicação durante o exercício.

l) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante o durante o exercício

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corrector de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

| Por seguradora | 31-12-2019 | | 31-12-2018 | |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Quota % | Valor | Quota % | Valor |
| Fidelidade (inclui IB) | 56,01% | 595.227,29 | 32,85% | 293.945,87 |
| Lusitania | 18,29% | 194.346,82 | 26,42% | 236.368,38 |
| Ageas | 4,71% | 50.106,53 | 5,54% | 49.600,02 |
| Império | 0,00% | 0,00 | 18,04% | 181.448,36 |

n) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar.

28 Partes Relacionadas

O detalhe das Partes Relacionadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

| Partes relacionadas | 31-12-2019 | | 31-12-2018 | |
|---|----------------|----------|---------------|----------|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| JONUVI - Participações e Consultoria, SA. | 41.794 | - | 41.714 | - |
| MSE Imobiliária | 106.926 | - | 12.327 | - |
| | <u>148.720</u> | <u>-</u> | <u>54.041</u> | <u>-</u> |

Lisboa, 24 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

A Administração

Lizete Beate Piretti

Austriac

Ênfase

Conforme descrito na nota 25 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia provocada pelo COVID – 19 terá impactos negativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 2020, não sendo neste momento possível determinar os seus efeitos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

24

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de Julho de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials "JP" or similar, written over a light blue horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2019 -

Senhores Acionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único da «MSE _ Corretores e Consultores de Seguros, SA.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pela Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019, vem apresentar o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
3. No seu Relatório de Gestão a Administração refere a forma como se processou a atividade da Sociedade ao longo do exercício, devendo ser destacado:
 - O aumento do volume de negócios em cerca de 19% face ao ano anterior;
 - O reembolso de Prestações Suplementares no valor de 160 mil euros;
 - As perspetivas de perdas, ainda que não quantificáveis, para 2020, em virtude da pandemia do COVID-19;
 - O cash flow gerado no exercício, de 365 milhares de euros.

4. Face ao exposto, o Fiscal Único é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2019 apresentadas pela Administração;
- b) que seja deliberado sobre a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 325.448,56 euros, apresentada pela Administração;
- c) que se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 24 de Julho de 2020

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)

em representação de

RSM & Associados – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING